

A corpus for non-professional audiodescription: a case study in Portuguese higher education

**Corpus para audiodescrição não profissional:
um estudo de caso no ensino superior em Portugal**

Cláudia Martins

Instituto Politécnico de Bragança, CITE D, Portugal

Catarina Xavier

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, CEAUL, Portugal

Abstract

Audio description (AD) is an essential tool for inclusion, enabling people with visual disability to access audiovisual and artistic content on an equal footing. In Portugal, the availability of AD remains very limited, creating considerable barriers to cultural participation and access to information. The aim of this paper is three-fold: 1) to briefly analyse the current situation regarding AD in Portugal, 2) highlight the challenges faced by the community with visual disability in the cultural sphere, and 3) present the MiB_Mind the Blind project. The MiB project aims to address these gaps by developing a repository of non-professional audio descriptions in European Portuguese, available online free of charge and accessible to all, created primarily by students and trainees. This repository not only aims to increase the availability of AD content but also seeks to encourage collaboration and the professional development of its contributors. Key features include an accessible, bilingual interface, customisable settings for users with varying degrees of visual impairment, and mechanisms for user feedback, enabling their direct involvement. By encouraging collaboration between students, professionals and people with visual impairments, Mind the Blind promotes both social inclusion and best practice in accessibility. As a growing and diverse database, with ongoing community involvement and innovative outreach initiatives, Mind the Blind seeks to make culture and information more accessible and inclusive for everyone.

Keywords: Media Accessibility; Audio description; Repository; Translation Training.

Introdução

A Tradução Audiovisual (TAV) tornou-se numa área de grande destaque no âmbito dos Estudos de Tradução, especialmente desde o final do século XX e o início do novo milénio, merecendo a atenção da comunidade científica (Romero-Fresco, 2018). A década de 1990 foi um período marcante para a TAV, consolidando o seu estatuto como disciplina académica reconhecida que ganhou destaque no âmbito mais vasto dos Estudos de Tradução (Gottlieb, 1992). A investigação das décadas anteriores abriu caminho para o desenvolvimento das modalidades então consideradas tradicionais e desafiantes

(Gambier, 2003), tais como a audiodescrição (AD) e a legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE), que continuam a desempenhar um papel fundamental no debate em curso sobre a acessibilidade nos meios de comunicação social e nos contextos culturais.

Originalmente centrada no cinema, a TAV alargou o seu âmbito para abranger vários eventos culturais, incluindo teatro, artes performativas e exposições em museus, e tem sido apoiada por várias modalidades de TAV, nomeadamente legendagem/LSE, AD e interpretação em língua gestual. Um dos desenvolvimentos mais marcantes foi a abrangência para o *Media Accessibility* (MA), que começou por ser um ramo da TAV e se tem revelado um elemento crucial para promover a mudança social, constituindo-se agora como um campo de estudo independente (Greco, 2018; Romero-Fresco, 2018).

AMApassou por mudanças significativas, transitando de um enfoque nas pessoas com deficiência para uma abordagem mais holística que inclui todas as pessoas que possam ser alvo de barreiras de comunicação temporárias ou permanentes, promovendo assim o acesso aos meios de comunicação para todos (Greco, 2018). Paralelamente, há um reconhecimento crescente do papel dos utilizadores na acessibilidade, sublinhando a necessidade do seu envolvimento na criação de meios de comunicação e soluções acessíveis. Esta mudança incentiva uma perspetiva centrada no utilizador, destacando que a verdadeira acessibilidade requer participação ativa e aborda as dinâmicas de poder associadas ao acesso aos meios de comunicação (Greco, 2018).

Neste contexto, a audiodescrição é vital para tornar os conteúdos audiovisuais acessíveis a pessoas com deficiência visual, exigindo que os audiodescritores desenvolvam uma sólida literacia visual (Martins, 2026) e capacidades de observação apuradas para transmitir informações detalhadas de forma eficaz. O movimento em direção à acessibilidade no lazer e na cultura está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, particularmente os Objetivos 4 (Educação de Qualidade), 10 (Redução das Desigualdades) e 17 (Parcerias para os Objetivos), que orientaram o projeto MiB.

O projeto que aqui descrevemos é uma iniciativa colaborativa entre a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e o Instituto Politécnico de Bragança (IPB), concebida para colmatar uma lacuna significativa na acessibilidade cultural para pessoas com deficiência visual em Portugal. Apesar

dos avanços tecnológicos e das políticas inclusivas, o acesso à audiodescrição continua escasso, o que exclui um número considerável de pessoas da participação plena em experiências culturais, artísticas e audiovisuais. Esta exclusão não só afeta o enriquecimento pessoal e a integração social, como também limita as oportunidades de educação, lazer e crescimento profissional das pessoas com deficiência visual.

Reconhecendo a necessidade urgente de melhorar a acessibilidade, o projeto MiB procura criar e gerir uma base de dados de audiodescrições não profissionais em português europeu. Ao envolver estudantes e estagiários, o projeto cria uma plataforma participativa que capacita colaboradores e utilizadores finais. A iniciativa assenta nos princípios da ciência aberta e do envolvimento da comunidade, com o objetivo de promover uma cultura de inclusão, colaboração e melhoria contínua.

Na Secção 2, iremos delinear sucintamente o contexto português no que diz respeito à deficiência visual e à oferta de audiodescrição em diferentes contextos. A Secção 3 descreverá, em seguida, o projeto MiB com maior profundidade, destacando os seus pontos fortes e características inovadoras, seguida de uma discussão sobre os dados disponíveis nesta plataforma. Refletimos sobre o impacto que este projeto poderá ter na acessibilidade e na experiência do utilizador e concluímos, na Secção 6, com a descrição de colaborações futuras e projetos de investigação para o futuro.

Contexto português

O Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal indica que, em 2021, cerca de 10,9 % da população com 5 ou mais anos de idade, ou seja, aproximadamente 1,1 milhões de pessoas, tinha pelo menos uma dificuldade. Quase 22 900 dessas pessoas não têm qualquer visão, enquanto 23 104 não têm audição, 78 550 têm dificuldades de concentração ou de memória e 49 333 têm dificuldade em compreender os outros ou em fazer-se compreender.

O recenseamento nacional em Portugal alterou a terminologia utilizada após a atualização da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, em 2001. Esta alteração foi implementada nos Censos de 2011 e mantida nos Censos de 2021. Neste inquérito à população, utiliza-se o termo 'dificuldades' em vez de 'deficiência' ou 'incapacidade'. Neste recenseamento, os cidadãos são atualmente questionados quanto às dificuldades que possam ter em andar, ouvir, ver, concentrar-se e na memória, que classificam como tendo ou não tendo, e como tendo algumas ou muitas dificuldades.

Em Portugal, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) regula a oferta de AD, legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE), legendagem automática e interpretação em Língua Gestual Portuguesa (LGP) tanto em canais públicos como em privados, bem como num conjunto de canais por satélite. A ERC publica planos plurianuais

para um período de 4 anos que definem o número de horas para cada um dos serviços mencionados. Estes planos abrangem um período de quatro anos, com eventuais atualizações intercalares. Por exemplo, o plano anterior abrangia o período de 2022 a 2025 e foi revisto em meados de 2022 (Deliberação ERC/2022/261). O plano mais recente estabelece as obrigações em matéria de radiodifusão televisiva para o período de 2026 a 2029 (ERC, 2025). Esta entidade elabora também relatórios regulares para avaliar o desempenho dos canais de televisão, com vista a sugerir formas de melhoria no futuro.

Para o período de 2022 a 2025, esperava-se que os canais de televisão públicos e privados oferecessem as seguintes horas de AD: a RTP (Rádio e Televisão de Portugal), a emissora pública, era obrigada a fornecer um mínimo de 80 horas de conteúdos com audiodescrição por ano, enquanto os canais privados SIC e TVI deveriam oferecer apenas 20 horas por ano. Quanto aos outros canais, não existe qualquer obrigação de oferecer audiodescrição.

Entre as críticas apresentadas no último relatório intercalar da ERC (2022), refere-se que alguns canais repetem frequentemente os mesmos filmes ou séries para cumprir os requisitos legais, em vez de oferecerem uma gama mais ampla de conteúdos acessíveis.

Os relatórios da ERC e o relatório publicado em 2025 pelos Observatório de Inovação nos Media e AccessLab da Universidade NOVA de Lisboa apresentam um conjunto de recomendações relativas à acessibilidade da RTP, mas que podem ser aplicadas a outros organismos de radiodifusão, por exemplo, sinalização de audiodescrição nos programas audiodescritos e nas páginas *web* dos canais; menus com audiodescrição; melhoria das vozes sintéticas utilizadas para a AD; aumento da oferta de diferentes géneros, de programas infantis e da sua frequência.

Por outro lado, serviços de *streaming* como a Netflix têm uma oferta residual de AD em português europeu, com apenas algumas séries (por exemplo, *Glória*, Pedro Lopes, 2021; *Até que a Vida nos Separe*, Manuel Pureza, 2021; *Rabo de Peixe*, de Augusto Fraga, 2023) e um documentário disponível à data de escrita deste artigo (*Crip Cramp – Uma revolução na inclusão*, Nicole Newnham e James LeBrecht, 2020). Embora a AD em português do Brasil seja mais comum, esta, por norma, não satisfaz as necessidades linguísticas e culturais da população de Portugal.

A situação é ainda mais desafiante em cinemas, teatros, museus nacionais, monumentos e galerias, onde a AD regular é ainda mais limitada. Com base no nosso conhecimento, os cinemas em Portugal não ofereciam sessões acessíveis até ao final de 2025. Assim, não são regularmente disponibilizadas sessões de cinema com AD, LGP ou LSE. Existem, no entanto, eventos anuais que exibem filmes com acessibilidade, tais como o Festival de Cinema Acessível (desde 2019), o Festival de Cinema de Avanca (desde 2020) e a Ampla Mostra (desde 2022). Em 2026, este evento anual deixou de ser um festival para assumir o formato de uma programação mensal em salas de cinema.

No que diz respeito aos teatros, a Acesso Cultura¹ tem vindo a apoiar e desenvolver os teatros portugueses na realização de espetáculos regulares com acessibilidade, o que começou com teatros no Porto e em Lisboa, em Coimbra, em Aveiro e em algumas outras cidades costeiras. Como resultado, esta organização criou uma página *web* onde é possível consultar as ofertas acessíveis². Mais recentemente, a Acesso Cultura criou uma rede de teatros com programação acessível³ que inclui cidades mais afastadas dos principais centros urbanos, embora esta não inclua cidades do interior, como Bragança ou Vila Real.

Por fim, no que diz respeito a museus, galerias e monumentos, a informação é dispersa e provém de projetos de investigação ou de trabalhos de mestrado e doutoramento. Em 2015, Martins investigou a disponibilidade de audioguias em Portugal, concluindo que, entre 2010 e 2015, estavam disponíveis 54 audioguias em museus em Portugal, mosteiros e palácios. No entanto, não só o INE não recolhe dados sobre recursos de acessibilidade no seu inquérito anual às instituições culturais, como o inquérito também se restringe a instituições que cumprem cinco critérios, excluindo assim muitos museus, galerias e instituições semelhantes (Martins, 2015). O inquérito de Neves, Santos e Lima (2013) tinha já demonstrado esta discrepância entre o número total de museus existentes e aqueles que são inquiridos anualmente: de acordo com o estudo centrado nos dados de 2010, existiam 1123 museus no país. Assim, os 353 museus inquiridos pelo INE em 2013 representam apenas 15% dos museus existentes na altura da investigação de Martins (2015). Na sua amostra, em 2014, apenas 2 museus disponibilizavam intencionalmente AD, entre outros recursos de acessibilidade (ou seja, o Museu da Comunidade Concelhia da Batalha⁴, em Batalha, e o Museu Nacional do Azulejo⁵, em Lisboa).

No entanto, desde então, muito se tem feito em Portugal e muitos museus e monumentos melhoraram e investiram na sua acessibilidade — tais como os seis principais espaços culturais em Bragança⁶, o Museu do Aljube — Resistência e Liberdade e o Museu Bordalo Pinheiro, em Lisboa.

É fundamental referir que, a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC — entretanto substituída pela empresa pública Museus e Monumentos de Portugal) iniciou um diagnóstico nacional das condições de acessibilidade dos museus sob a sua alçada, para o qual criou uma matriz de avaliação⁷. Da primeira fase deste inquérito, foi elaborado apenas um relatório, abrangendo 21 instituições.

Embora a equipa da DGPC tenha iniciado a segunda fase, esta nunca foi concluída e nenhum relatório foi publicado.

Por conseguinte, não têm sido recolhidos dados de forma sistemática sobre as condições de acessibilidade, pelo que se poderia argumentar que, em Portugal, as pessoas com deficiência visual sofrem uma exclusão significativa das atividades culturais disponíveis à população em geral.

Mind the Blind: um *corpus* não profissional

O *MiB_Mind the Blind* foi criado para responder aos problemas acima descritos, com o objetivo principal de aumentar o número de AD em português europeu, disponibilizando uma base de dados online gratuita e acessível.

A equipa é constituída por 3 investigadoras: 2 principais (uma de cada instituição de ensino superior) e uma júnior, aluna de mestrado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

As AD são elaboradas por estudantes do Mestrado em Tradução da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e por estudantes do Mestrado em Tradução do Instituto Politécnico de Bragança). Nas unidades curriculares de Tradução Audiovisual ministradas nos mestrados de ambas as instituições, é pedido aos formandos que escolham excertos de filmes, séries, obras de animação e obras de arte encontrados online para realizarem os seus projetos de curso. Posteriormente, são selecionados para integrar a plataforma online, desde que obedçam às diretrizes do projeto para garantir que o seu conteúdo seja relevante e de qualidade.

Embora os estudantes e formandos constituam atualmente a maioria dos colaboradores, o projeto visa envolver profissionais e, possivelmente, fás no futuro. Por conseguinte, a criação de AD e a participação na base de dados são voluntárias, refletindo um compromisso com a responsabilidade coletiva e o acesso aberto. Esta estratégia não só beneficia o público-alvo como também proporciona aos estudantes experiência prática, permitindo-lhes publicar as suas traduções e AD online, enriquecendo assim os seus currículos. A nossa iniciativa visa dar resposta a uma preocupação comum entre os recém-licenciados, que frequentemente afirmam precisar de demonstrar experiência profissional aquando das suas candidaturas, mas não conseguem adquiri-la devido à sua idade e inexperiência.

As pessoas com deficiência visual são os principais públicos alvo do MiB, mas a base de dados também beneficia investigadores e formadores nas áreas da TAV e MA que pretendam estudar AD criadas por formandos ou explorar novas formas de melhorar a acessibilidade. Outras pessoas interessadas em estudar aspetos como a linguagem, a tecnologia ou as abordagens de AD utilizadas também podem utilizar este recurso, por exemplo, para desenvolver investigação.

A base de dados MiB está disponível em português e em inglês e foi concebida para ser acessível. Cumpre as diretrizes básicas da WCAG (*Web Content Accessibility Guidelines*⁸) para utilizadores com deficiência visual (cf. Figura 1).

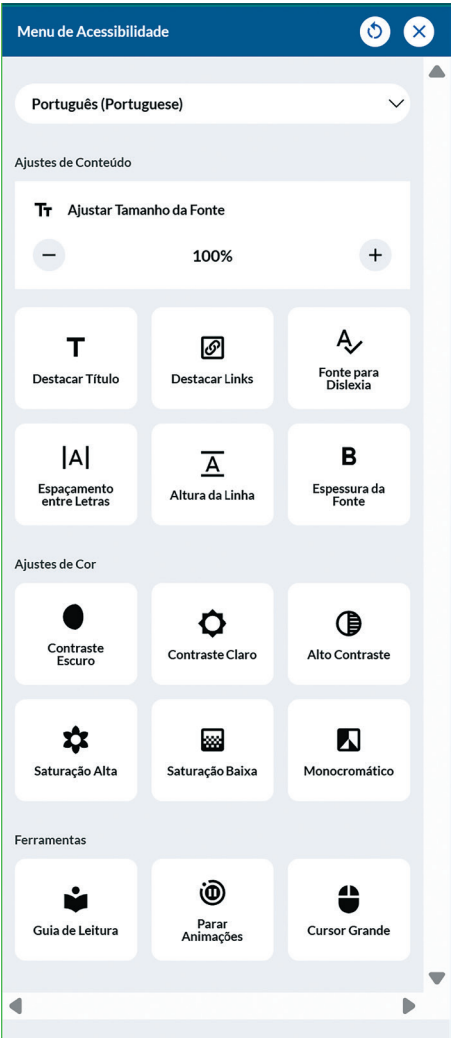


Figura 1 – Captura de ecrã do menu de acessibilidade

A Figura 1 apresenta o menu de acessibilidade que disponibiliza três níveis de ajustes: de conteúdos, de cor e de outras ferramentas. Entre as possibilidades, destacam-se o ajustamento do tamanho da letra, a seleção de fonte para dislexia, o aumento do espaçamento entre letras ou da altura da linha, os diferentes contrastes e saturações e o guia de leitura. Foi realizada uma ronda de validação com um consultor cego, que elaborou um parecer sobre as funcionalidades de acessibilidade da página e as audiodescrições preparadas pelos alunos. O nosso consultor destacou lacunas na navegação da página, alertando para o facto de não estar 100% acessível. Quanto às audiodescrições, considerou que algumas

vozes são mais adequadas à AD face a outras e alertou para a existência de alguns problemas técnicos na harmonização da AD com a faixa sonora do filme e falta de pormenores em algumas audiodescrições. Sugeriu ainda que as peças de arte audiodescritas estivessem disponíveis na página ou que se fornecesse uma hiperligação para as mesmas. Estão atualmente a ser recolhidos mais comentários detalhados de outras pessoas com deficiência visual e instituições que as representam (cf. nota 9). A plataforma permite aos utilizadores filtrar as entradas por título, ano, tradutor e tipo de obra (cf. Figura 2), o que facilita a pesquisa e a exploração do conteúdo.

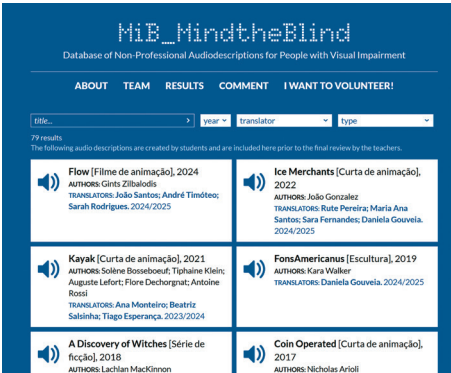


Figura 2 – Captura de ecrã da página de entrada do MiB

A plataforma dispõe ainda de uma secção de comentários para uma comunicação bidirecional. Os utilizadores podem dar o seu feedback sobre o projeto e as audiodescrições individuais, ajudando a moldar futuras atualizações e garantindo que o projeto satisfaz as necessidades do público. A secção «Quero ser voluntário» pretende acolher tanto profissionais de audiodescrição como principiantes, incentivando o intercâmbio profissional e mais contribuições na área da AD.

Discussão

Embora a base de dados MiB tenha sido criada em julho de 2025, já cresceu e tornou-se mais diversificada. Como já referido, foi construída com base nos trabalhos de AD desenvolvidos pelos estudantes dos cursos de mestrado da FLUL e do IPB, após o seu consentimento informado⁹. As AD foram divididas em 1) dinâmicas para produtos audiovisuais e 2) estáticas para peças de arte bi- e tridimensionais. Cada AD dinâmica foi documentada por tipo de produto, título, realizador, língua original, ano de produção, duração do produto audiovisual, tradutores e ano letivo da sua realização. Por outro lado, as AD estáticas foram caracterizadas de acordo com o tipo de obra, título, artista, ano, duração da AD, tradutor e ano letivo. Para as AD dinâmicas, optou-se por só se carregar o áudio dos filmes ou excertos filmicos,

para evitar a quebra de direitos de autor. Quanto às AD estáticas, apenas o ficheiro áudio está disponível.

Até ao momento, as AD incluídas são:

- AD dinâmicas: 31 excertos de filmes, séries e animações, abrangendo obras de 1967 a 2024. Os textos de origem estão em várias línguas, tais como letão, croata, alemão, suíço-alemão, espanhol, português e inglês. No total, 69 estudantes produziram mais de três horas (cerca de 202 minutos) de conteúdo com audiodescrição;
- AD estáticas: 48 audiodescrições de obras de arte bidimensionais e tridimensionais, tais como esculturas (4), instalações (1), ilustrações (1) e pinturas (42). Esta parte do projeto envolveu 48 estudantes e resultou na criação de mais de uma hora de conteúdo acessível.

Quanto à sua duração:

- a duração dos filmes ou excertos fílmicos varia entre os 04:43 e os 07:47 minutos;
- a duração das AD estáticas varia entre os 00:40 e os 02:06 minutos.

Por fim, no que se refere aos anos letivos em que as audiodescrições foram realizadas, 42% (i.e., 13) destas foram produzidas antes de 2020 e os restantes 58% (ou 18) depois do ano letivo de 2019/2020. Isto significa que mais de metade das audiodescrições são trabalhos mais recentes que acompanham as tendências atuais da investigação em audiodescrição.

A variedade de produtos audiovisuais e da sua origem e de colaboradores, tanto nas audiodescrições dinâmicas como nas estáticas, demonstra o compromisso do projeto com a inclusão. Assim que o site foi terminado, enviou-se um e-mail a várias associações nacionais em Portugal que representam pessoas com deficiência visual¹⁰. A informação foi também partilhada com a Associação Portuguesa de Tradutores Audiovisuais¹¹ (ATAV) e com algumas instituições de ensino superior portuguesas que oferecem cursos de Estudos de Tradução e formação em TAV.

As investigadoras principais do projeto utilizam uma ferramenta de análise (www.baseform.com) para acompanhar o número de visitas e de visitantes únicos e, até ao momento de escrita deste artigo, o site recebeu 815 visitas.

Conclusões e investigação futura

O *MiB_Mind the Blind* destaca-se pela sua abordagem proativa e centrada no utilizador. O projeto garante que os meios de comunicação acessíveis sejam gratuitos e fáceis de utilizar, com características técnicas e de design centradas nas necessidades dos utilizadores com deficiência visual. A secção de comentários permite o envio de feedback e a discussão referente à qualidade e às questões técnicas da AD, orientando o desenvolvimento futuro da AD. Esta abordagem proporciona benefícios culturais imediatos e permite criar uma mudança duradoura, facilitando a colaboração dos utilizadores na forma como os recursos de acessibilidade evoluem.

Este processo foi concebido para manter padrões de alta qualidade e cumprir as diretrizes éticas.

Para além disso, a base de dados oferece benefícios tangíveis para estudantes e estagiários: ao publicarem as suas AD, estes adquirem experiência profissional valiosa e comprovam competências profissionais, colmatando assim uma lacuna persistente na empregabilidade dos recém-licenciados.

Ao adotar um quadro de ciência aberta, o projeto disponibiliza publicamente estas audiodescrições, promovendo a transparência, a colaboração e a criação de uma comunidade de investigação centrada na acessibilidade.

Este estudo de caso apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. Em primeiro lugar, a base de dados é alimentada, até este momento, por trabalhos de estudantes de mestrado, ainda em formação, o que pode implicar conteúdos de qualidade inferior. Tal como referido pelo consultor cego, há ainda alguma assimetria no que diz respeito à qualidade das AD (por exemplo, o áudio). As restrições de direitos de autor invalidam igualmente um maior crescimento da base de dados e o seu potencial. No que diz respeito às amostras, a duração reduzida das AD dinâmicas (até 7 minutos) e das AD estáticas (até 2 minutos) impede a análise do comportamento tradutório ao nível da audiodescrição em excertos de longa duração. Por fim, a avaliação do impacto é ainda incipiente, uma vez que o feedback por parte da comunidade com deficiência visual e das associações representativas é predominantemente quantitativo (baseado em métricas simplistas de visualizações), sendo necessário um estudo qualitativo sistemático, focado na satisfação do utilizador.

No futuro, o MiB pretende estabelecer ligações com outros investigadores e instituições de ensino superior e/ou de investigação, promovendo colaborações internacionais e alargando o acesso às AD para além de Portugal e da língua portuguesa. Ao desenvolver uma plataforma dinâmica, multilíngue e participativa, o *MiB_Mind the Blind* procura inspirar iniciativas semelhantes a nível global, reforçando o princípio de que a cultura acessível é um direito universal. Ao mesmo tempo que se disponibiliza um painel de análise de dados, esperamos que outros investigadores possam acompanhar métricas, conteúdos mais visitados e tendências no feedback para orientar o desenvolvimento futuro.

Em suma, o projeto representa uma contribuição significativa para a acessibilidade em Portugal, lançando as bases para uma participação cultural mais ampla e para a inovação contínua na audiodescrição. Através da combinação do envolvimento dos estudantes, do acesso aberto e da orientação para as necessidades dos utilizadores com deficiência visual, o projeto promove uma sociedade mais inclusiva. O rigor académico do projeto e o seu impacto no mundo real são complementados por um convite aberto ao público para dar feedback, colocar questões e participar. As partes interessadas são encorajadas a contactar os responsáveis pelo projeto por e-mail.

Notas Finais

- ¹ Cf. <https://acessocultura.org/>.
- ² Cf. <https://www.cultura-acessivel.pt/>.
- ³ Cf. <https://acessocultura.org/rede-de-teatros-com-programacao-acessivel/>.
- ⁴ Visite em <https://www.museubatalha.com/>.
- ⁵ Consulte <https://museunacionaldoazulejo.gov.pt/>.
- ⁶ A saber: Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, Centro de Fotografia Georges Dussaud, Museu do Abade de Baçal, Museu Ibérico da Máscara e do Traje, Museu Nacional Ferroviário de Bragança, Teatro Municipal de Bragança. Pode consultar os recursos criados para estas instituições no canal do YouTube – @acessibilidade (<https://www.youtube.com/watch?v=KtqAkHybPo8&list=PLP-0-CewOr2FI7NDtEIL792lqGMXDwh-T>).
- ⁷ Cf. <https://www.museusemonumentos.pt/pt/pagina/acessibilidades>.
- ⁸ Cf. <https://www.w3.org/WAI/standards-guidelines/wcag>.
- ⁹ A recolha dos dados cumpriu os requisitos éticos e o RGPD.
- ¹⁰ Foram contactadas as seguintes associações: ACAPO (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal); Íris Inclusiva; APEC (Associação Promotora do Ensino dos Cegos); AAICA (Associação de Apoio e Informação a Cegos e Amblíopes), Associação Bengala Mágica; APEDV (Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais); AADVDB (Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga) e Fundação Raquel e Martin Sain.
- ¹¹ Visite-se: <https://atav.pt/>.

Financiamento

O projeto MiB_Mind the Blind é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia [DOI 10.54499/2021.00850. CEECIND/CP1702/CT0009], pelo Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa (ULICES), no âmbito do projeto UID/00114, e pelo Centro de Investigação Transdisciplinar em Educação e Desenvolvimento, no âmbito do projeto: UID/05777/2023.

Bibliografia

- Entidade Reguladora para a Comunicação Social. 2022. Deliberação ERC/2022/261 (OUT/TV) – Alteração ao Plano plurianual que define o conjunto de obrigações relativas à acessibilidade dos serviços de programas televisivos e dos serviços audiovisuais a pedido por pessoas com necessidades especiais. Lisboa: ERC.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social. 2021. Deliberação ERC/2021/317 (OUT/TV) – Plano plurianual que define o conjunto de obrigações relativas à acessibilidade dos serviços de programas televisivos e dos serviços audiovisuais a pedido por pessoas com necessidades especiais. Lisboa: ERC.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social. 2025. Deliberação ERC/2025/421 (OUT/TV) – Plano plurianual que define o conjunto de obrigações relativas à acessibilidade dos serviços de programas televisivos e dos serviços audiovisuais a pedido por pessoas com necessidades especiais. Lisboa: ERC.
- Gambier, Y. 2003. "Introduction: Screen Transadaptation: Perception and Reception". *The Translator*, 9 (2): 171–189.

- Gottlieb, H. (1992). "Subtitling – a new university discipline". In C. Dollerup, & A. Lindegaard (Eds), *Teaching Translation and Interpreting* (pp. 161–170). Amsterdão: John Benjamins.
- Greco, G. M. (2018). The nature of accessibility studies. *Journal of Audiovisual Translation*, 1 (1): 205-232.
- Instituto Nacional de Estatística. 2022. Censos 2021. XVI Recenseamento Geral da População. VI Recenseamento Geral da Habitação: Resultados definitivos. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística, IP. 2014. Estatísticas da Cultura 2013. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Martins, C. 2015. *Longe da vista, perto da imaginação – análise de audioguias em museus portugueses*. Tese de doutoramento não publicada. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Neves, J., Santos J. and Lima, M. J. 2013. O Panorama Museológico em Portugal: Os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11915/1/publisher_version_opanoramamuseologicoemportugal_bq.pdf
- Romero-Fresco, P. 2018. In support of a wide notion of media accessibility: Access to content and access to creation. *Journal of Audiovisual Translation*, 1 (1): 187–204.
- Santos Silva, D., Manuel Sotero, J., Paiva, A. S., Amaro, A., Correia, A. L., Mendão, A. M., Braz, M. 2025. *Práticas e Políticas de Acessibilidade na RTP – Rádio e Televisão de Portugal*. Obi.Media – Observatório de Inovação dos Media & ACCESS Lab.